



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR ANTÔNIO HENRIQUE



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E DE CIDADANIA

Parecer n. 0230 / 2015.

A Mensagem de Veto n. 0002/2015

Autor: Roberto Cláudio Rodrigues

Relator: Vereador Antonio Henrique

I – Relatório

Trata-se de parecer a Mensagem de Veto do Ilmo. Prefeito Municipal ao Projeto de Lei Complementar n. 0035/2014, proposto por Sua Excelência o nobre Vereador Adail Junior, que **“MODIFICA A REDAÇÃO DA TABELA 10.4 DO ANEXO 10 DA LEI 7987 DE DEZEMBRO DE 1996.”**

Síntese: O pedido em análise requer para a Rua Cuiabá (via local), trecho como início na Avenida Augusto dos Anjos e fim na Rua Avenida Lineu Machado, a classificação como Via Coletora, com caixa proposta atual.

O município justifica que; O art. 224, da LUOS, define vias coletoras, como vias destinadas a coletar o tráfego das vias comerciais e locais e distribuí-lo nas vias arteriais e expressas, a servir de rota de transporte coletivo e atender na mesma proporção o tráfego de passagem e local com razoável padrão de fluidez. Estas vias recebem tráfego das vias locais e distribui para vias arteriais e expressas.

O anexo 3 da LUOS trata das características para implantação das vias de circulação, definindo a largura das vias classificadas como coletoras, seção reduzida e normal de 18,00 a 24,00 metros. Nesse caso, o projeto de lei em pauta, define para via coletora



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR ANTÔNIO HENRIQUE

uma caixa inferior a seção mínima, não especificando como se dará o alargamento ao longo da via e estudos de adequação a malha do sistema viário básico.

Dessa forma, a transformação de via local para via coletora, considerando a caixa existente, acaba por comprometer a circulação viária, uma vez que a espacialização das atividades no Município ocorre em função das categorias das vias.

II – VOTO DO RELATOR

Segundo o princípio da autonomia dos entes federativos, a União, os Estados-membros e os Municípios são autônomos entre si, possuindo cada ente capacidade de auto-organização e normatização, autogoverno e auto-administração.

A autonomia dos entes federativos assenta-se na repartição de competências legislativas, administrativas e tributárias, sendo, pois, caracterizadores e asseguradores do convívio no Estado Federal.

Sendo assim, cumpre-nos aqui frisar que neste momento do processo legislativo a **análise de legalidade e constitucionalidade da iniciativa**, não de mérito, de acordo com o artigo 61, I, do Regimento Interno (Resolução 1.589, de 20 de novembro de 2008).

A técnica legislativa e a redação empregada estão adequadas, conformando-se perfeitamente às normas estabelecidas pela **Lei Complementar nº 95, de 1998**.

III – CONCLUSÃO

Pelas razões jurídicas acima expostas, verificada a viabilidade da propositura, opinamos pela **admissibilidade do veto**, na forma da lei.

É o nosso parecer, **s. m. j.**



CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA
GABINETE DO VEREADOR ANTÔNIO HENRIQUE

SALA DAS SESSÕES DAS COMISSÕES TÉCNICAS PERMANENTES DA
CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA EM 17 DE junho DE 2015.

Relator

Presidente